

**PROCESSOS MORFOSSINTÁTICOS EM MANUSCRITOS
OITOCENTISTAS E NOVECENTISTAS NO RIO GRANDE DO SUL**

Evellyne Costa (UFSM)
evellyne.costa@gmail.com
Táise Simioni (UNIPAMPA)

RESUMO

Neste artigo, analisamos a ocorrência dos fenômenos de concordância variável de número e colocação pronominal em documentos escritos no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX. Embora diversos estudos tratem dos temas em português brasileiro, não há trabalhos que abarquem a variedade escrita produzida no estado em uma perspectiva diacrônica. Acreditamos que a co-ocorrência de fenômenos morfofossintáticos e fonológicos contribua para uma proposta de gradiência de habilidade do escrevente, questão metodológica muito importante para as pesquisas que têm como *corpus* registros escritos de sincronias passadas. Os resultados apontam que a variação da concordância de número se aproxima das características encontradas em *corpora* de Minas Gerais e da Bahia do mesmo período e que a colocação pronominal apresenta uma ampla variação, o que pode ser indício de competição de gramáticas.

Palavras-chave:

Diacronia mórfica. Fenômenos morfofossintáticos. Falar do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The goal of this article, is analyze the phenomena of variable agreement of number and pronominal placement in documents written in Rio Grande do Sul in the 19th and 20th centuries. Al though several studies deal with the themes in Brazilian Portuguese, there are no studies that cover the written variety produced in the state in a diachronic perspective. We believe that the co-occurrence of morphosyntactic and phonological contributes to a proposal for grading the skill of the writer. This a very important methodological issue for researches that have as corpus written records of past synchronicities. The results shows that he variation in the number agreement is close to the characteristics found in corpora of Minas Gerais and Bahia of the same period and that the pronominal placement presents a wide variation, which may be an indication of competition of grammars.

Keywords:

Language in Rio Grande do Sul. Diachronic morphic. Morphosyntactic phenomena.

**1. O registro escrito como fonte de pesquisa: manuscritos do RS dos
séc. XIX e XX**

É sabido que o dado escrito se configura como uma importante fonte para a pesquisa linguística. Desse modo, uma série de pesquisas es-

tão sendo desenvolvidas em torno da criação de arquivos de textos de sincronias passadas e da identificação de fenômenos linguísticos presentes na língua portuguesa. O projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado inicialmente pelo professor Ataliba Castilho, é uma referência desse tipo de trabalho. No estado do Rio Grande do Sul, o projeto Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS) pretende cumprir esse papel.

O PHRS²¹ é um arquivo que disponibiliza fac-símiles e edições diplomáticas de documentos antigos produzidos no estado e visa não só disponibilizar dados diacrônicos para a comunidade acadêmica, mas também promover o resgate da história e memória cultural do estado. Junto ao PHRS, o projeto Português Histórico do Rio Grande do Sul: Língua e História se ocupa da descrição e análise de documentos antigos, relacionando fenômenos linguísticos a variáveis sociais.

Até então, o arquivo conta com material coletado nas cidades de Porto Alegre, Santana do Livramento, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Santa Maria e Dom Pedrito. O *corpus* do presente estudo é um recorte do conjunto maior e é constituído de 103 documentos provenientes das cidades de Dom Pedrito, Santa Maria e Rio Pardo publicados por Keller e Costa (2019). Tal *corpus* conta com as seguintes espécies documentais: recibo, prestação de contas, portaria, mandado, proposta, nomeação, boletim de ocorrência, requerimento, termo, lista e ordem do dia.

Este trabalho busca caracterizar o português do séc. XIX e início do séc. XX produzido no Rio Grande do Sul a partir da observação de fenômenos morfossintáticos no *corpus*. De acordo com Santiago (2019), a dimensão dos estudos morfossintáticos é de suma importância para caracterizar mãos hábeis e mãos inábeis, ou apontar graus de letramento ou ainda uma gradiência no que se refere à aproximação do escrevente com a escrita. Aspectos da morfossintaxe, segundo a autora, complementam as dimensões dos aspectos fonético-fonológicos e paleográficos, possibilitando compreender o comportamento do escrevente. As questões em torno da escolaridade ou aproximação com a escrita nos estudos de Sociolinguística Histórica ainda estão em discussão.

Há pesquisas que lidam com indícios de fenômenos da fala na escrita e questões ortográficas em manuscritos do RS do séc. XIX, tais co-

²¹ O PHRS é coordenado pela primeira autora deste artigo desde 2011 na UFSM. Maiores informações podem ser encontradas em Costa *et al.* (2012).

mo Costa e Keller (2014), Monaretto e Borges (2018), Costa e Pereira (2019) e Costa e Moreira (2019). No entanto, no que se refere ao aspecto morfossintático, temos apenas o estudo de Borges (2019), que trata do pronome a gente em peças de teatro de autores gaúchos do período. O nosso trabalho instaura a preocupação com a dimensão morfossintática, nas produções não literárias dos séculos XIX e XX no Rio Grande do Sul.

Os estudos de fenômenos morfológicos em sincronias passadas do português brasileiro (PB) se concentram, de maneira geral, em pesquisas sobre gramaticalização de preposições, assim se configuram as pesquisas com relação ao *corpus* do PHPB, e de questões etimológicas, como são os trabalhos em torno do arquivo constituído pelo grupo GMHP (Grupo de Morfologia Histórica do Português), coordenado pelo professor Mário Viaro.

Com relação ao estado do Rio Grande do Sul, há vários estudos sobre o português oitocentista, entretanto essas pesquisas se concentram em questões fonológicas, ortográficas e em caracterizar o português do período de maneira geral. Não há trabalhos, como mencionamos anteriormente, que descrevam questões morfológicas ou processo em interface com a morfologia na língua portuguesa produzida no estado no séc. XIX.

Com o objetivo de preencher essa lacuna, esse trabalho pretende descrever dois fenômenos morfossintáticos em manuscritos oitocentistas e novecentistas produzidos no Rio Grande do Sul: concordância variável e colocação pronominal. A concordância variável de número foi analisada sob a ótica do trabalho de Santiago (2012, 2019), que lida com gradiente de habilidade dos escreventes. A colocação pronominal, por sua vez, foi observada como um fenômeno revelador de gramáticas em competição, como propõem Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), Galves, Moraes e Ribeiro (2005) e Carneiro e Galves (2010). Trata-se, portanto, de fenômenos com características diferentes, o que se reflete, por exemplo, na quantidade de dados obtidos em cada um. Assim, se justifica que, nesse trabalho, tais fenômenos sejam analisados sob perspectivas diferentes.

2. Colonização tardia do RS

Os documentos produzidos no estado iniciam-se no período oitocentista, o que o diferencia do estado do Ceará, por exemplo, que conta

com textos dos 1600 disponíveis em Ferrão (2011). A colonização do estado do Rio Grande do Sul se deu tardiamente em comparação a outros estados do Brasil. A freguesia de São Pedro do Rio Grande foi criada em 1736 e foi elevada à vila em 1747. Segundo Monaretto (2005, p. 128), o texto mais antigo produzido no Rio Grande do Sul é datado de 1764.

Temos, a partir de 1809, a criação de quatro vilas: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo.

Passamos, agora, a descrever, brevemente, a formação das três localidades contempladas nesta pesquisa: Dom Pedrito, Santa Maria e Rio Pardo. O território onde se encontra atualmente a cidade de Dom Pedrito fazia parte dos terceiro e quarto distritos de Paz, do município de Bagé. Em 1852, foi criada uma capela, a de Nossa Senhora do Patrocínio, e, com o passar do tempo, um povoado se formou em torno dessa construção. Em 1859, o povoado foi elevado à condição de freguesia e, em 1872, à condição de vila. A vila foi elevada à categoria de cidade em 1888, pela Lei Provincial nº 1.720 (FERREIRA, 1959, p. 158).

Em 1837, é criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte (BELTRÃO, 1979, p. 114). Em 1857, a freguesia é elevada à categoria de vila, denominada Santa Maria da Boca do Monte. Em 1876, a freguesia é elevada à condição de cidade.

De acordo com Silveira (2008), em 1809, instalou-se uma vila nomeada de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo no território do atual município de Rio Pardo. A vila tornou-se cidade em 31 de março de 1846, após o término da Revolução Farroupilha.

3. O Corpus

Os documentos que compõem a descrição aqui proposta adequam-se às edições do tipo monotestemunhais, isto é, são edições baseadas em um testemunho de um texto, que se subdividem em outros quatro tipos “[...] com base no grau de mediação realizada pelo crítico textual na fixação da forma do texto, são elas: *fac-similar*, diplomática, paleográfica e interpretativa” (CAMBRAIA, 2005, p. 91).

O PHRS dispõe de edições *fac-similares* e edições diplomáticas de manuscritos produzidos no séc. XIX no Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que a coleta inclui documentos da passagem do séc. XIX para o séc. XX, pois, como a primeira normatização ortográfica da língua

portuguesa só acontece em 1911 em Portugal, os reflexos da escrita dos oitocentos alcançam o início dos novecentos aqui no Brasil; na verdade, acreditamos que, só com o passar de uma geração, a normatização ortográfica passa a influenciar a produção dos escreventes.

A edição *fac-similar* caracteriza-se por ser uma reprodução fiel do manuscrito original: “neste tipo, apenas se reproduz a imagem de um testemunho através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanização, etc.” (CAMBRAIA, 2005, p. 91). Esse tipo de edição tem a vantagem de manter as características originais do documento e é lida, na maioria das vezes, por especialistas, uma vez que quanto mais antigo o manuscrito for maior conhecimento linguístico deve ter o leitor.

A edição diplomática é aquela na qual “faz-se uma transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo, tais como as abreviaturas, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação vocabular, etc.” (CAMBRAIA, 2005, p. 93). Neste caso, o texto transcrito apresenta translineação igual ao documento original e o parágrafo é numerado a cada cinco linhas. A edição diplomática é vantajosa, pois facilita a leitura ao fazer uma decodificação gráfica do documento original, porém não dispensa uma leitura especializada, uma vez que mantém os sinais abreviativos e o vocabulário característico do período em que o documento foi escrito. Este tipo de edição, no passado, tinha uma função bastante importante de permitir ao pesquisador que trabalhava com diversos testemunhos o contato com o modelo, pois o documento original permanecia nas mais diversas bibliotecas para sua preservação. Hoje, com o surgimento da edição *fac-similar* através dos diversos aparelhos tecnológicos que permitem a captura da imagem original do documento, a edição diplomática é importante para a construção de bancos de dados, auxiliando a leitura dos manuscritos e permitindo um estudo sobre aspectos da língua escrita e suas características históricas, sociais e gráficas.

A coleta e posterior seleção, categorização e transcrição do material depositado no arquivo PHRS seguem as normas dispostas em Cambraia (2005). Com o objetivo de caracterizar os documentos oitocentistas e identificar processos morfológicos, o projeto optou pela edição *fac-similar*, uma vez que esses pertencem a museus e arquivos, instituições detentoras dos documentos, e não poderiam ser removidos de lá, e para a preparação do texto, em termos de transcrição para posterior análise, optou-se pela edição diplomática, que preserva o texto original.

A edição diplomática caracteriza-se, segundo Cambraia (2005), por:

- a) reproduzir os caracteres alfabéticos, mantendo a diferença de módulo;
- b) transcrever fielmente os sinais abreviativos, sinais de pontuação, diacríticos, separação vocabular (intra e interlinear) e paragrafação;
- c) transcrever entre parênteses caracteres de leitura duvidosa;
- d) transcrever com pontos caracteres não legíveis (um ponto para cada possível caractere não legível) dentro de colchetes;
- e) transcrever, com tachado, caracteres que estejam riscados;
- f) informar em nota caracteres modificados, apagados, nas entrelinhas e nas margens, assim como mudança de punho, mudança de tinta e qualquer outra particularidade;
- g) não realizar supressões conjecturais ou inserções conjecturais;
- h) informar na margem de cabeça, em itálico e entre colchetes, mudança de fôlio, face e coluna;
- i) fazer a numeração das linhas de forma contínua ao longo do texto, inserindo numeração na margem externa a cada 5 linhas. (CAMBRAIA, 2005)

Em relação ao item **d**, que trata das palavras ilegíveis, o PHRS fez, em seus arquivos, uma alteração para fins de melhorar a leitura e contagem dos caracteres ilegíveis, substituindo o ponto (.) que representaria a letra indecifrável por uma cruz (†).

Nas próximas duas seções, passamos a descrever os fenômenos morfossintáticos que são objeto de análise neste trabalho: a concordância variável de número e a colocação pronominal, respectivamente.

4. Concordância variável de número

O fenômeno de concordância variável em português arcaico e em PB tem sido estudado por diversos autores, tais como Naro e Scherre (2007). A maioria dos estudos se concentram na concordância verbal variável.

Monguilhott (2009) pesquisa a concordância verbal a partir de uma perspectiva sincrônica e diacrônica, comparando o português europeu (PE) com o PB. Souza (2005) examina o fenômeno em textos literários e não-literários do período arcaico da língua portuguesa. Araújo (2012) estuda o fenômeno em seu contexto sócio-histórico e observa o

seu papel na formação do PB. Já Lacerda, Carneiro e Santos (2019) analisam a concordância nominal de número a partir de uma perspectiva mórfica.

Dois trabalhos muito importantes sobre concordância variável se debruçam sobre a concordância nominal de número, fenômeno morfosintático encontrado em nosso *corpus*. São eles os estudos de Oliveira, Dores e Mendes (2017) e Santiago (2012, 2019).

Oliveira, Dores e Mendes (2017) descrevem o fenômeno de concordância nominal variável em manuscritos do séc. XVIII das cidades de Sabará e Ouro Preto (MG). O *corpus* da pesquisa é composto por 14 processos-crime.

Os autores dividem os dados de concordância variável de número em dois grupos, como pode ser observado em (1).

- (1)
 - i) plural no 1º ou 2º elemento do SN à esquerda do núcleo
 - a) Os referimento
 - b) As ferida
 - c) Seus roquete
 - d) Seus jaleco
 - ii) plural apenas no 1º elemento do SN que pode ou não ser o núcleo
 - a) Xícras pequena
 - b) Três copo de vidro pequeno
 - c) De sapatos velho (DORES; MENDES, 2017)

Santiago (2019) estabelece uma proposta metodológica para definir graus de domínio da escrita de redatores estacionados em processos iniciais de aquisição. O estudo tem como *corpus* 131 cartas escritas por sertanejos durante o séc. XX. Em pesquisa anterior (SANTIAGO, 2012), a autora havia trabalhado com aspectos fonético/fonológicos e paleográficos deste mesmo conjunto de textos. No estudo mais recente, a autora identifica a necessidade de se ampliar a pesquisa para a dimensão morfossintática na escrita desses inábeis na tentativa de verificar uma gradiência de inabilidade. Os fenômenos de concordância dentro do SN (gênero e número) são investigados nos documentos que compõem o *corpus*, a partir da classificação apresentada em (2).

- (2)
 - i) Estruturas com elementos à esquerda sem marcação de plural
 - a) Nesta caneta para dar minhaØnotícias
 - b) pitanga farsa aØminhaØversis
 - c) pra carbaraØminhaØ dores
 - d) espero o neu amo com orØmeuØ braços| abertoØ

- ii) Estruturas com pelo menos um elemento sem marcação de plural
 - a) Deus der usbomØ tempos para nois| todos
 - b) abraçentodaØ as minhaØ amigas que ainda selinbra de min
- iii) Estruturas que contêm inserção de -s sem ideia de plural (hipercorreção)
 - a) eu sou a querimenmo amigos seu
 - b) perzado querido amigos (SANTIAGO, 2012)

De acordo com a autora, os escreventes que apresentam o terceiro tipo de estrutura (2iii) são, em sua maioria, escreventes que compõem o grupo de inabilidade máxima. Os escreventes que apresentam as estruturas (2i) e (2ii) se localizam no contínuo da inabilidade parcial e inabilidade mínima. No que se refere à concordância variável de número no *corpus* de Santiago (2019), há uma maior propensão à não marcação de plural em elementos pré-nucleares.

Oliveira, Soledade e Souza (2009) já haviam verificado esse comportamento quando analisaram atas escritas por seis africanos do séc. XIX e que fazem parte do *corpus* da Sociedade Protetora dos Desvalidos BH. Dos constituintes passíveis de receber a marcação de plural, 25% não apresentam a marca. A maioria dos casos apresenta a ausência de -s em elementos pré-nucleares.

Avelar e Carneiro (inédito) trabalham com 23 cartas também pertencentes à Sociedade Protetora dos Desvalidos BH. Os autores encontraram 1755 ambientes de aplicação da marca de plural dentro do SN. Dentro desse universo, 28% dos casos não apresentam a marca de plural. Novamente, em grande parte dos exemplos, não há marca de plural nos elementos pré-nucleares.

Santiago (2019) chama a atenção para o fato de estruturas sem marcação de plural em elementos pré-nucleares não serem comuns na oralidade. Parte de seus escreventes, que não são mãos mortas, foram contatados e entrevistados para que fosse possível verificar se o mesmo perfil de concordância variável seria encontrado na sua fala. O fato é que, na oralidade, os informantes fazem marcação de plural em algum elemento pré-nuclear, diferentemente do encontrado no *corpus* escrito e nos demais estudos supracitados.

Esse seria um exemplo de aspectos que não são reflexo da fala, mas são indicativos de uma maior dificuldade dos redatores com a escrita, isto é, marcas de inabilidade no nível da escriptualidade. Os casos de hipercorreção também estariam neste grupo.

Nos exemplos em que há reflexos da oralidade na escrita em relação à concordância nominal, em dados com predominância da marca de plural nos elementos pré-nucleares e a não marcação no núcleo ou nos elementos à direita, há uma correspondência entre maior inabilidade do redator e maiores índices de ausência de concordância nominal, na escrita.

A co-ocorrência da dimensão morfossintática com a dimensão fonética é muito importante para a autora na tentativa de definir a gradiente de inabilidade, indo além do conceito cunhado por Marquilha (1996, 2000) de mãos hábeis e mãos inábeis, caracterizado por uma polarização.

No *corpus* desta pesquisa, encontramos três dados de não marcação de plural dentro do SN. O número reduzido de exemplos provavelmente se deve às espécies documentais que compõem o arquivo PHRS, em sua maioria, documentos oficiais, ao contrário de cartas, por exemplo, como no estudo de Santiago (2019).

Não encontramos nos textos produzidos no Rio Grande do Sul no séc. XIX e XX ausência de marcação em elementos pré-nucleares, ao contrário dos estudos de Oliveira, Soledade e Santos (2009) e Santiago (2019), que compreendem o mesmo período com *corpora* do estado da Bahia. Os exemplos do nosso *corpus* se dividem conforme o que pode ser observado em (3).

- (3)
- i) Estruturas com marca ou noção de plural no elemento pré-nuclear e ausência de marca no núcleo do SN
 - a) Meus ordenado
 - b) Três venda
 - c) Suas ordem

 - ii) Estruturas que evidenciam hipercorreção
 - a) 1 pás
 - b) 1 picaretas (SANTIAGO, 2019)

O Quadro 1 localiza os dados mostrados em (3) em relação ao *corpus* sob análise.

Quadro 1: Relação dos dados, cidade, ano de produção e espécie documental.

Local	Dado	Data	Espécie documental
Santa Maria	Meus ordenado	1890	recibo

Dom Pedrito	Três Venda	1914	carta
Dom Pedrito	Suas ordem	1915	carta
Santa Maria	1 pás 1 picaretas	1892	lista

Fonte: as autoras.

Os casos de marcação de plural no elemento pré-nuclear e não marcação no núcleo se aproximam dos resultados de Santiago (2019), o que evidenciaria uma aproximação de traços da oralidade na escrita, já que esse tipo de concordância variável é mais comumente encontrado em *corpora* de língua falada.

Os casos de hipercorreção indicariam, por outro lado, uma dificuldade do escrevente com relação ao ato de escrever em si. O que atestaria um grau maior de inabilidade, condição semelhante à encontrada nos textos baianos.

Uma ampliação desse estudo abarcando um número maior de documentos é necessária para se comprovar esse perfil do português oitocentista e novecentista produzido no Rio Grande do Sul no que se refere à concordância variável de número. Esse tipo de pesquisa também é muito importante para se definir em que medida a co-ocorrência de aspectos fonéticos/fonológicos com aspectos morfossintáticos, como concordância variável de número e colocação pronominal, por exemplo, auxilia na definição de graus de habilidade dos escreventes no nosso *corpus*.

5. Colocação pronominal

Como afirmam Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), “como a colocação do clítico pode ser considerada um dos maiores indicadores gramaticais, mudanças nesse domínio constituem uma chave importante para a história gramatical de uma língua” (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, p. 39).

Carneiro e Galves (2010) analisam a colocação pronominal no PB do século XIX a partir de um *corpus* constituído por cartas particulares. Segundo a proposta das autoras, a variação encontrada na colocação pronominal no PB neste período é fruto da competição entre gramáticas

(KROCH, 1994, 2001): a gramática do português clássico (PCI)²², a gramática do PE e a gramática do PB.

A gramática da colocação pronominal do PCI, conforme mostram Carneiro e Galves (2010), caracteriza-se por apresentar contextos de ênclise obrigatória, de próclise obrigatória e de variação entre ênclise e próclise. Passamos a descrever tais contextos. No PCI, a ênclise se torna obrigatória em sentenças que iniciam por verbos (orações V1). A próclise, por sua vez, é obrigatória em orações negativas, dependentes e afirmativas não dependentes em que o verbo é precedido por quantificadores, focalizadores, palavras interrogativas e alguns advérbios. Já a variação entre próclise e ênclise ocorre em dois agrupamentos de contextos (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005). No contexto de variação I, em que a ocorrência da próclise é mais frequente, o verbo é imediatamente antecedido por um sujeito, por um advérbio não proclisador ou por um sintagma preposicional. O contexto de variação II, em que predomina a ênclise, refere-se a orações dependentes que precedem imediatamente o verbo ou a segundas coordenadas em que o verbo vem logo após a conjunção.

No PE, a próclise se mantém como obrigatória nos mesmos contextos em que o PCI a exigia. A ênclise, por sua vez, torna-se mais frequente, uma vez que sua ocorrência passa a ser obrigatória não apenas nas sentenças iniciadas por verbos, mas também em todos os contextos que permitiam a variação no PCI. Segundo Carneiro e Galves (2010), no PE, não há contextos de variação, restando à colocação pronominal duas opções: ou a ênclise é obrigatória ou ela é impossível²³.

Quanto ao PB, Carneiro e Galves (2010) afirmam que

²² Com base na análise da colocação pronominal em textos pertencentes ao *corpus* Tycho Brahe, Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) defendem que é possível localizar a mudança do português clássico para o português moderno nos primeiros anos do século XVIII, período a partir do qual a ocorrência da próclise diminui e a ênclise obrigatória deixa de corresponder apenas aos contextos de orações V1.

²³ Cf., entretanto, Galves, Moraes e Ribeiro (2005), segundo as quais há variação também no PE. As autoras, contudo, afirmam que, enquanto no PB a variação resulta da competição entre a gramática naturalmente adquirida e “as porções de gramática aprendidas na escola ou em contato com a língua formal escrita e falada” (GALVES; MORAES; RIBEIRO, 2005, p. 174), no PE a variação é um produto da própria gramática. Da mesma forma, Nunes (2015) e Martins (2016) mencionam a variação na colocação pronominal no PE. Segundo Nunes (2015), nos grupos verbais, “ocorre nos dados escritos europeus uma situação de variação entre a próclise ou ênclise a V1 e a ênclise a V2, mesmo na presença de elementos proclisadores” (NUNES, 2015, p. 164).

Apesar de ser marcado por uma variação no uso, em particular na escrita, pode-se dizer que a gramática da colocação de clíticos no PB se caracteriza pela próclise generalizada em todos os contextos, inclusive aqueles em que a ênclise é obrigatória tanto em PCI quanto em PE, ou seja, nas orações V1 – sempre enclíticas na história do português europeu. (CARNEIRO; GALVES, 2010, p. 22-3)

Conforme as autoras, o PB também se caracteriza pela próclise nas orações não dependentes em que o verbo ocupa a segunda posição, contexto em que o PE adota a ênclise.

Quanto aos grupos verbais, segundo Galves, Moraes e Ribeiro (2005), nos casos de verbo auxiliar seguido de verbo no particípio, a gramática do PE prevê ênclise ao verbo auxiliar. A próclise ao verbo auxiliar ocorre nos casos em que tal construção é obrigatória, conforme descrição anterior. Em ambas as situações, apenas o verbo auxiliar hospeda o clítico. Neste tipo de construção, a gramática do PB determina a próclise ao verbo principal. Conforme as autoras, a próclise ao particípio é uma inovação em relação ao PCI, que, assim como ocorre com o PE, não admite próclise ao particípio.

Situação um pouco diferente ocorre com construções em que o verbo auxiliar é acompanhado de verbo no infinitivo. Neste caso, ainda conforme Galves, Moraes e Ribeiro (2005), a regra geral para o PB continua sendo a próclise à forma não finita, já no PE o clítico pode ficar em ênclise ao infinitivo ou se unir ao verbo auxiliar, seguindo o padrão geral de colocação das construções com apenas um verbo. Como esclarecem as autoras, a diferença entre o PB e o PE reside no fato de que, “em PB, a posição típica para o clítico neste contexto é a próclise ao verbo temático, o que fica indisponível para PE” (GALVES; MORAES; RIBEIRO, 2005, p. 150).

Como defendem Carneiro e Gonçalves (2010), a competição entre o PCI e o PE fica evidenciada nos casos em que o PCI apresenta variação e o PE apresenta ênclise obrigatória. Especificamente quanto aos contextos de variação I, as autoras mostram que a ênclise vai aumentando sua ocorrência ao longo do século XIX, o que evidencia uma competição entre uma gramática que, nesses contextos, privilegia a próclise (a do PCI) e uma gramática que exige a ênclise (a do PE).

Em nosso *corpus* (KELLER; COSTA, 2019), foi identificada uma estrutura correspondente ao contexto de variação I em que ocorre a próclise (4). Trata-se de uma construção em que o verbo é imediatamente precedido por advérbio não proclisador. Esta oração, portanto, está em

conformidade tanto com a gramática do PCI quanto com a gramática do PB, o que pode se configurar como uma competição entre o PCI e o PE, como argumentam Carneiro e Gonçalves (2010), mas também pode evidenciar a competição entre o PE e o PB.

(4)

Cidadãos| Junto **vós envio** os Mappasmençae<s>|dos alumnos que frequentarão esta aula todo o mez de Julhoproximo findo (KELLER; COSTA, 2019, p. 32)

Identificamos, também, uma construção correspondente ao contexto de variação II (segunda coordenada com o verbo seguindo imediatamente a conjunção), em que há a ocorrência da ênclise (5), o que estabelece uma oposição entre a gramática do PCI e do PE, que preveem a ênclise neste contexto, de um lado, e a gramática do PB, que prevê a próclise, independentemente do contexto, de outro.

(5)

Dis-| <p>õe esta aula dos moveis necesarios que estão bem| <d>ispostos e conservados; mas **falta-lhe** livros, papel e| <o>utros objetos indispensaveis. (KELLER; COSTA, 2019, p. 52)

As orações V1, segundo Carneiro e Galves (2010), mostram a competição entre os pares PCI/PB e PE/PB. Em nosso *corpus*, houve, nesse contexto, casos de ênclise (6 e 7), compatíveis com as gramáticas do PCI e do PE, e casos de próclise (8 e 9), compatíveis com a gramática do PB. Segundo Carneiro e Galves (2010, p. 30), “a próclise em V1 é o fenômeno mais saliente da inovação brasileira na colocação dos clíticos”. Embora não tenhamos a pretensão de fazer uma análise quantitativa neste trabalho, destacamos que foram mais numerosos, nas orações V1, as construções com ênclise. Em nosso trabalho, estamos considerando como orações V1 aquelas descritas por Galves, Moraes e Ribeiro (2005):

Contextos V1 são aqueles em que não há nenhum tipo de frase precedendo o verbo finito dentro da sentença (V1 absoluto) ou o material precedente não está gramaticalmente conectado ao verbo. Este é o caso da fronteira esquerda de estruturas parentéticas, ou imediatamente depois de estruturas parentéticas, ou em coordenadas não introduzidas por um conector. (GALVES; MORAES; RIBEIRO, 2005, p. 145)

(6)

É lhe lisonjeiro accentuar que o resultado| <d>os exercicios satisfez plenamente a comissão. (KELLER; COSTA, 2019, p. 52)

(7)

Aproveitando a oportunidade de| tambem agora vos enviar as relações de livros| e mais objectosnecessarios ao ensino, **rógovos** queiraesfazer que sejam| prontamenteatendidas essas requisições dos professores (KELLER; COSTA, 2019, p. 76)

(8)

O infrascripto requer mais a V. V. S.aS.as, que submettida a decisão e| sen<do>| aceita a presente proposta, **se dignem** na acta, que disso se tractar, con| ceder autorisação ao respectivo procurador para dar o numero de| plac<as>| precisas e faser o respectivo pagamento logo que estas se|ão-| lheentr<e>| gues devidamente numeradas e inscriptas. (KELLER; COSTA, 2019, p. 65)

(9)

Tendo o Sr Alferes Manoel Valentim Cahal pisado o cavallo em que| fez o serviço de ronda do dia 17 ao dia 18, demonstrando por isso nenhum| zêlo pelo seus deveres, ligando nenhuma importancia no que este com=| mando mais se empenha, embassando assim a administração do corpo, | **o reprehendo** o desmando por tal procedimento e em seu beneficio| espero| melhor conducta. (KELLER; COSTA, 2019, p. 115)

A colocação nos grupos verbais é uma outra situação em que pode se evidenciar a competição entre as gramáticas. Em nosso *corpus*, quanto ao grupo verbal formado por verbo auxiliar seguido de forma infinitiva, foram identificadas apenas construções com ênclise ao infinitivo (10 e 11), ou seja, trata-se de uma ordem prevista na gramática do PE²⁴.

(10)

A comissão abaixo assignada, a quem por officio| <d> e 21 do corrente, encarregastes de examinar as aulas| <p>ublicas desta cidade, **vem hoje dar-vos** conta dos se-| 5 <us> trabalhos. (KELLER; COSTA, 2019, p. 52)

(11)

Recebi o indiciado Francisco| Rezza e **fis recolhel-o** ao xadres (KELLER; COSTA, 2019, p. 57)

No que diz respeito ao grupo verbal formado por verbo auxiliar acompanhado de participípio, no único dado encontrado (12), ocorre ênclise ao auxiliar em um contexto de próclise no PE (orações dependentes). Trata-se, portanto, de uma colocação não condizente com a gramática do PE, tampouco com a do PB, que demandaria próclise ao participípio neste contexto. Em sua análise, Carneiro e Galves (2010) também identificam casos de ênclise em contextos de próclise obrigatória no PCI e no PE. Conforme discutem as autoras, trata-se de estruturas que não são previs-

²⁴ De forma semelhante, Nunes e Vieira (2013), que analisaram dados de jornais brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX, mostram que, nos jornais brasileiros do século XIX, a ocorrência da colocação característica do PB (próclise ao verbo na sua forma não finita) tem uma ocorrência muito pequena (3%). As autoras atribuem este fato à forte influência dos padrões lusitanos na normatização da escrita brasileira que ocorre no século XIX, como discutem Pagotto (1998) e Faraco (2008), o que não contradiz a abordagem de competição de gramáticas, como a adotada neste trabalho.

tas em nenhuma das gramáticas em competição, o que pode ser descrito como

[...] generalizações feitas pelos falantes a partir da segunda língua que eles adquirem imperfeitamente. No caso dos brasileiros escrevendo no século 19 e tendo como referência o padrão europeu da época, a generalização parece ser que a ênclise é a forma prestigiada, independentemente do contexto. Alternativamente, podemos pensar que esses falantes, cujo vernacular é, por hipótese, essencialmente proclítico, retiraram do seu contato com o PE a informação de que existe variação. Entretanto, seu domínio da variante portuguesa não chega a ser suficiente para que consigam adquirir as regras que governam a distribuição da ênclise e da próclise. (CARNEIRO; GALVES, 2010, p. 27)

(12)

O infrascripto requer mais a V. V. S.aS.as, que submettida a decisão e| sen<do>| aceita a presente proposta, se dignem na acta, que disso se tractar, con| ceder autorisação ao respectivo procurador para dar o numero de| plac<as>| precisas e faser o respectivo pagamento logo que estas **sejão-lhe**entr<e>| **gues** devidamente numeradas e inscriptas. (KELLER; COSTA, 2019, p. 65)

A partir dos dados exemplificados de (4) a (12), é possível observar que, no século XIX e no início do século XX, no Rio Grande do Sul, os textos escritos apresentavam uma ampla variação na colocação pronominal, o que pode ser interpretado, como fazem Carneiro e Galves (2010), como uma competição entre três gramáticas: a gramática do PCI, a gramática do PE e a gramática do PB. Além disso, o dado mostrado em (12) pode ser interpretado como um caso de hipercorreção, o que pode contribuir, futuramente, para uma discussão sobre o grau de domínio da escrita dos escreventes do séc. XIX no Rio Grande do Sul.

Ressaltamos que o clítico também teve, em nosso *corpus*, ocorrências em estruturas que não permitem evidenciar tal competição, uma vez que as três gramáticas levam ao mesmo resultado: a próclise. Trata-se de casos de orações dependentes (13 e 14), de orações negativas (15 e 16) e de verbo precedido por focalizador (17 e 18).

(13)

Recebi do Procurador da Intendencia Municipal d'esta| Cidade a quantia de cento e vinte e cinco mil reis que **me|** **restava** a Camara Municipal de meu ordenado como| zelador de um trecho da estrada geral da ex-ColoniaSil-ve<i>| ra Martins (KELLER; COSTA, 2019, p. 24)

(14)

Passam a effectivos um esquadrão em que **se acham** aggregados| por excesso os soldados Felisiano Mariano Alves, Abilio da Silva| Esteves, Francisco de Quadros, Valença Eloy de Campos e Felipe| Pedro de Bar-

cellos. (KELLER; COSTA, 2019, p. 107)

(15)

Certifico que deixei de intimar a| testemunha do mandado supra porque| não **se encontra**. (KELLER; COSTA, 2019, p. 62)

(16)

O infrascripto, convicto de que a Ill.ma C. M.al dest<a>| cidade, seguindo o exemplo de muitas outras municipalidades, não **se eximirá** de aceitar uma proposta (KELLER; COSTA, 2019, p. 65)

(17)

A aula este anno creada para a| Linha nº 2 Norte, e regida pela professora| Camila Biondi, ainda **se acha** inteiramente desprovida desses objectos. (KELLER; COSTA, 2019, p. 76)

(18)

Tendo o Sr Alferes Manoel Valentim Cahal pisado o cavallo em que| fez o serviço de ronda do dia 17 ao dia 18, demonstrando por isso nenhum| zêlo pelo seus deveres, ligando nenhuma importancia no que este com|= mando mais **se empenha**, embassando assim a administração do corpo, | o reprehendo por tal procedimento e em seu beneficio| espero| melhor conducta. (KELLER; COSTA, 2019, p. 115)

Para finalizar a análise da colocação pronominal em nosso *corpus*, destacamos que houve a ocorrência de uma estrutura fixa, exemplificada em (19 e 20). Tal estrutura apareceu uma vez no gênero mandado e as demais vezes no gênero termo. A colocação adotada foi sempre a próclise, o que está em conformidade com a gramática do PB, enquanto o PCI e o PE têm como colocação a ênclise obrigatória nesse contexto (orações V1).

(19)

para constar lavrou-se este termo em que assigna o mencionado| cidadão juntamente com o| Intendente. Eu, Ignacio Monteiro do Valle Machado, Secretario interino, **o escrevi**. (KELLER; COSTA, 2019, p. 83)

(20)

E| para constar lavro este termo,| que vae assignado pelo re-| corrente. Eu, Abelino Vieira| da Silva, escrivão, **o escrevi**. (KELLER; COSTA, 2019, p. 95)

6. Um olhar para fenômenos morfossintáticos

O olhar para os manuscritos do RS dos séculos XIX e XX já tem delineado as características da língua portuguesa do período no tocante a aspectos fonético/fonológicos, ortográficos e paleográficos. No entanto,

os fenômenos morfossintáticos ainda carecem de descrição e estudo aprofundado.

No âmbito da Sociolinguística Histórica, por conta das características dos *corpora* de textos de sincronias passadas, a variável escolaridade é definida via habilidade com a escrita, uso de palavras eruditas, dentre outras propostas. De acordo com Santiago (2012, 2019), a ocorrência de aspectos morfossintáticos variáveis com os aspectos já comumente estudados, tais como os fonético/fonológicos e os paleográficos, corroboram a proposta de gradiência de habilidade defendida pela autora, um refinamento da ideia de mãos hábeis e mãos inábeis de Marquilhas (1996, 2000).

É neste cenário de propostas metodológicas para dar conta da variável escolaridade que se insere o nosso trabalho: descrição de processos morfossintáticos em manuscritos oitocentistas e novecentistas pertencentes ao arquivo PHRS.

Identificamos dois fenômenos no *corpus*: concordância variável de número e colocação pronominal variável. Ambos apresentaram comportamento amplamente variável e ocorrência de hipercorreção, o que pode demonstrar que os escreventes podem ser localizados em uma linha de gradiência quanto ao domínio da escrita e não em dois polos (hábil/inábil).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Silvana. A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do Português Brasileiro. *PAPIA*, v. 22, n. 1, p. 91-110, 2012.

AVELAR, Juanito Ornelas de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Concordância nominal*. (inédito).

BELTRÃO, Romeo. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho*. 2. ed. Canoas-RS: La Salle, 1979.

BORGES, Paulo. As dimensões sociais da mudança em peças de teatro de atores gaúchos: inserção e propagação do pronome *a gente* no português brasileiro. *Cadernos do IL*, v. 18, n. 1, p. 71-88, 2019.

CAMBRAIA, César. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARNEIRO, Zenaide; GALVES, Charlotte. Variação e gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 18, n. 2, p. 7-38, 2010.

COSTA, Evelyne; KELLER, Tatiana. A instabilidade das vogais médias pretônicas em cartas pessoais do Rio Grande do Sul do século XIX. *Web-Revista SOCIODIALETO*, v. 4, p. 61-72, 2014.

_____; MOREIRA, Leici. Abreviaturas em Cartas do Século XIX: uma Proposta de Análise via Fonologia Métrica. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 17, p. 95-111, 2019.

_____; PEREIRA, Veridiana. Manuscritos do séc XIX: processos fonológicos ontem e hoje. *Polifonia: Estudos da linguagem*, v. 26, p. 119-41, 2019.

_____; _____. LANDRRER, Leici; MILANI, Vitor; ARNEMANN, Aline. Banco de dados de textos escritos: Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS). In: SILVA, José Pereira da (Org.). *Crítica textual e edição de textos: Interagindo com outras ciências*. Curitiba: Apris, 2012. p. 135-56

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERREIRA, Jurandyr. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. VI XXXIII. IBGE: Rio de Janeiro, 1959.

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 4, p. 39-67, 2005.

GALVES, Charlotte; MORAES, Maria A. Torres; RIBEIRO, Ilza. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 4, p. 143-77, 2005.

KELLER, Tatiana; COSTA, Evelyne. *Rio Grande do Sul dos séculos XIX e XX: manuscritos*. Santa Maria: UFSM, 2019.

KROCH, Anthony. Morpho-syntactic variation. In: BEALS, Kenneth *et al.* (Eds). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and linguistic Theory*, v. 2, 1994.

p. 180-201.

KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Eds). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. p. 699-729.

LACERDA, Mariana; CARNEIRO, Zenaide; SANTOS, Lorena. A variação da concordância nominal de número no português popular do sertão baiano (século XX): análise mórfica. *Unirioja*, v. 1, n. 56, p. 219-49, 2019.

MARTINS, Ana Maria. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina Carrilho (Eds). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016. p. 401-30

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, 1996.

_____. *A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc.XVII*. Lisboa: IN-CM (Filologia Portuguesa), 2000.

MONARETTO, Valéria. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, v. 40, n. 3, p. 117-35, 2005.

_____; BORGES, Paulo. Para uma História Linguística e Social do Rio Grande do Sul do século XIX. *Diadorim*, v. 20, p. 120-44, 2018.

MONGUILHOTT, Isabel. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PB*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NUNES, Carla da Silva. Estudo diacrônico da colocação pronominal em complexos verbais na escrita do PB e do PE (séculos XIX e XX). *Labor Histórico*, v. 1, n. 2, p. 148-66, 2015.

NUNES, Carla da Silva; VIEIRA, Silvia Rodrigues. A colocação pronominal em complexos verbais na escrita de jornais brasileiros e europeus nos séculos XIX e XX. *Working Papers em Linguística*, v. 13, n. 2, p. 85-99, 2013.

OLIVEIRA Christiane; DORES, Marcus; MENDES, Soélis. A Concor-

dância Variável em Manuscritos Cíveis e Eclesiásticos de Minas Geraes. *Revista da Abralin*, v. 16, n. 3, p. 265-78, 2017.

OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão; SOLEDADE, Juliana. *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, n. 2, p. 49-68, 1998.

SANTIAGO, Huda. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012.

_____. *A escrita por mãos inábeis: uma proposta de caracterização*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2019.

SILVEIRA, Rogério. Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo-RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos do Rio Pardo. *Redes*, v. 13, n. 2, p. 104-28, 2008.

SOUZA, Pedro. *Concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?* Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2005.